

**PADRÕES DE COMPETIÇÃO POLÍTICA NAS
ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS PARA A
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NO BRASIL (1945-
1960 E 1989-2014): UMA DESCRIÇÃO HISTÓRICA**
*STANDARDS OF POLITICAL COMPETITION IN THE
DEMOCRATIC ELECTIONS FOR THE PRESIDENCY OF THE
REPUBLIC IN BRAZIL (1945-1960 AND 1989-2014):
A HISTORICAL DESCRIPTION*

Victor Garcia Miranda*

RESUMO: O presente texto propõe-se a analisar a trajetória histórica de competição e os níveis de competitividade eleitoral nas disputas presidenciais democráticas brasileiras. O objetivo dele é especificamente descrever quantitativamente os jogos políticos-eleitorais nos momentos em que de fato houve competição democrática, nos períodos entre os anos 1945-1960 e 1989-2014, colocando-os em confronto com teorias e explicações históricas relativas aos vários momentos eleitorais do país. Para tanto, busca-se solucionar três questões capazes de lançar luz sobre os padrões de competição existentes: 1) quais as características do quantitativo de competidores? 2) Quais as características de dispersão ou de concentração de votos neles? 3) As posições eleitorais eram sujeitas a grandes alterações de preferências? Por fim, constatar-se-á que são satisfatórios os níveis de competição eleitoral em torno de eleições presidenciais livres no Brasil, indicando que em se tratando estritamente dessa faceta (análise do sistema de disputa político-eleitoral entre os candidatos), há considerável potencialidade para a efetivação e consolidação da democracia no país, apesar da recorrência de eventos de ruptura ao longo da história.

Palavras-chave: Competição Eleitoral; História das Eleições Presidenciais; Estabilidade Institucional Brasileira.

* Doutor em História e mestre em Ciências Sociais; Professor adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil; e-mail: miranda.victorg@gmail.com

ABSTRACT: *This paper proposes to analyze the historical trajectory of competition and the levels of electoral competitiveness in Brazilian democratic presidential contests. His goal is specifically quantitatively describe the political-electoral games at times when was democratic competition in the periods between the years 1945-1960 and 1989-2014 putting them in confrontation with theories and historical explanations of the various electoral moments of the country. Therefore, we seek to solve three issues able to shed light on the existing competition standards: 1) what are the quantitative characteristics of competitors? 2) What are the dispersion characteristics or votes concentration in them? 3) The electoral positions were subject to big changes in preferences? Finally, seen that are satisfactory levels of electoral competition around free presidential elections in Brazil, indicating that in the case this facet (analysis of the political-electoral system among the candidates), there is considerable potential for the realization and consolidation of democracy in the country, although the recurrence of disruptive events throughout history.*

Keywords: *Electoral Competition; Presidential Elections History; Brazilian Institutional Stability.*

1 INTRODUÇÃO

O presente texto propõe-se a analisar a trajetória histórica de competição e os níveis de competitividade eleitoral nas disputas presidenciais democráticas brasileiras. O objetivo dele é especificamente descrever quantitativamente os jogos políticos-eleitorais nos momentos em que de fato houve competição democrática, nos períodos entre os anos 1945-1960 e 1989-2014¹, colocando-os em confronto com teorias e explicações históricas relativas aos vários momentos eleitorais do país. Através disso, pode-se perceber quais os padrões de disputa eleitoral existente em eleições livres voltadas para a disputa do cargo executivo mais alto da república brasileira.

¹ O período em foco não corresponde a um único bloco temporal, correspondendo a 40 anos descontinuados entre dois momentos. Houve nesse período um total de 11 disputas presidenciais, das quais quatro se travaram no primeiro período citado (1945-1960) e sete se deram na fase democrática brasileira mais recente (1989-2014). Ao todo, a população de dados analisada corresponde a $n=89$ candidatos à presidência observados.

As análises que se seguem se baseiam no modelo desenvolvido por Braga (2006). Nesta obra a autora analisa os padrões de competição política entre partidos/candidatos nas eleições brasileiras nos três níveis federativos, envolvendo eleições para cargos executivos e legislativos nos âmbitos estadual e federal entre os anos de 1982 e 2002. Nesta análise a autora considera os índices capazes de possibilitar uma leitura quantitativa do sistema eleitoral, a dispersão dos votos pelo território nacional e a tendência à mudança e volatilidade de preferência eleitoral entre os partidos.

Em seu trabalho, Braga (2006) teve por objeto de análise o sistema partidário brasileiro em certo recorte temporal. Diferentemente, o presente texto tem como foco central a estrita análise da competição eleitoral por parte de contendores somente nas eleições presidenciais, com vista a fazer uma explanação sumária que responda à seguinte questão: dado o padrão de competição eleitoral existente nas eleições presidenciais, seria possível constatar estabilidade institucional relativa estritamente aos níveis de competitividade? Para tanto, considera-se três questões capazes de lançar luz sobre os padrões de competição existentes: 1) quais as características do quantitativo de competidores? 2) Quais as características de dispersão ou de concentração de votos neles? 3) As posições eleitorais eram sujeitas a grandes alterações de preferências?

Essas questões norteiam cada uma das três seções a seguir. Por fim, constatar-se-á que são satisfatórios os níveis de competição eleitoral em torno de eleições presidenciais livres no Brasil, indicando que em se tratando estritamente dessa faceta (análise do jogo político-eleitoral entre os candidatos), há historicamente uma considerável potencialidade para a efetivação e consolidação da democracia no país. Todavia, tal potencial tem sido desperdiçado por situações de violação das regras do jogo, algo percebido no golpe de 1964 e que ronda constantemente as disputas políticas brasileiras.

2 QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DO QUANTITATIVO DE COMPETIDORES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS?

Nessa sequência, parte-se primeiro para a análise a respeito do quantitativo de competidores. Para isso, considera-se o número de candidatos efetivos em cada eleição presidencial através de cálculo do “índice de partidos efetivos” de Markku Laakso e Rein Taagepera (Braga, 2006, p. 82; Lijphart, 2011, p. 91; Nicolau, 2005; Santos, 2007, p. 88).

O índice aqui utilizado indica a distribuição de representação de espaço legislativo (o percentual de cadeiras obtidas por cada partido em um parlamento) ou do quantitativo de votos obtidos numa eleição (o percentual de votos distribuídos entre os candidatos), e serve fundamentalmente para analisar o sistema partidário subjacente a um sistema político. A fórmula básica consiste em $NEP = 1 / \sum s_i^2$, em que NEP é o número efetivo de partidos, resultado de 1 dividido pelo somatório integral da proporção de cadeiras do partido (s_i) – ou da proporção de votos de um candidato – ao quadrado (2).

É fundamental a percepção de que pelo número efetivo de partidos (ou candidatos, no caso de eleições para o Poder Executivo) é possível identificar a concentração ou fragmentação do espaço de poder representativo. Com a aplicação do índice feita no presente texto, pode-se verificar se uma eleição possuiu candidatos competitivos ou não. Por exemplo: numa simulação de um pleito em que houve três candidatos e a distribuição proporcional de 34% dos votos para o primeiro, 33,5% para o segundo e 32,5% para o terceiro colocado, o cálculo do índice aferirá perfeitamente que houve um número efetivo de três candidatos; numa simulação contendo três candidatos em que a distribuição de votos foi de 86%, 7,5% e 6,5%, o índice servirá para indicar que houve um número efetivo de $NEP=1,5$ candidatos no pleito, demonstrando baixo grau de competitividade eleitoral.

Eleições servem para contrapor diferenças, mas também para promover coesão política. O mesmo índice de Markku Laakso e Rein Taagepera serve para perceber um caso extremado de fragmentação, cujo resultado pode indicar um processo eleitoral dema-

siadamente dividido e capaz de proporcionar efeito de ilegitimidade em uma eleição², no caso de os votos dividirem-se demasiadamente entre candidatos, provocando um acentuado número efetivo de candidatos. Por exemplo: em uma eleição com dez candidatos e em que cada um tenha recebido 15%, 14%, 13%, 12%, 11%, 10%, 9%, 8%, 7% e 1% dos votos, o número efetivo será de 9 candidatos ($NEP=9$). Isso indica alto nível de instabilidade institucional.

Assim, o resultado do cálculo do índice pode servir para indicar a existência de candidatos competitivos (algo em torno da quantidade de candidatos com potencial de vitória numa eleição), e isso permite uma inferência acerca do padrão de competição e do equilíbrio da democracia eleitoral. Os dados podem revelar intensa concentração, o que inviabiliza o tensionamento adequado entre diferentes forças. Isto pode indicar a presença de um número elevado de candidatos e uma extensa fragmentação eleitoral, o que, por sua vez, pode levar ao desequilíbrio do sistema e à falta de legitimidade da autoridade eleita, ou ainda, proporcionar à disputa eleitoral um nível de competição que permita o embate entre forças políticas capazes de disputar competitivamente um processo eleitoral. Isso refletirá o pluralismo da sociedade, e a eleição adquirirá legitimidade pela adesão de uma forte maioria a um número suficiente de candidatos, sem provocar falta de coesão por conta da inserção exacerbada de partes políticas num processo eleitoral.

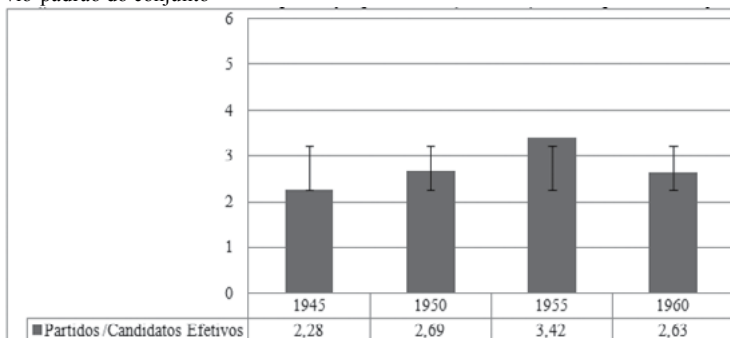
Para iniciar a análise dos dados, faz-se aqui, em primeiro lugar, uma exposição sobre os resultados das eleições presidenciais entre os anos de 1945 e 1960. Como a Constituição de 1946 (Brasil, 1946) estabeleceu eleições separadas para os vice-presidentes a partir de 1950, também foram compilados os dados relativos a essas eleições – que ocorreram três vezes – em 1950, 1955 e 1960. Além do número efetivo, cada gráfico indica o desvio-padrão³ da série amos-

2 O segundo turno presente nas eleições majoritárias para cargos executivos possui o objetivo de eliminar esse tipo de risco. No Brasil, desde a Constituição Federal (Brasil, 1988), os dois primeiros mais votados são submetidos ao segundo turno de votações, desde que disputem eleições executivas federais, estaduais ou municipais em cidades com mais de 200 mil eleitores (Nicolau, 2012, p. 121).

3 O desvio-padrão é um valor que serve para apontar os níveis de desvio da média aferida do somatório de uma série. Ele corresponde à raiz quadrada da média dos desvios, chegando-se a uma faixa de valores que podem ser considerados a “zona de normalidade” para a frequência do fenômeno, ou aquilo que dentro da média tem por costume ocorrer (Cunha, 1979, p. 86).

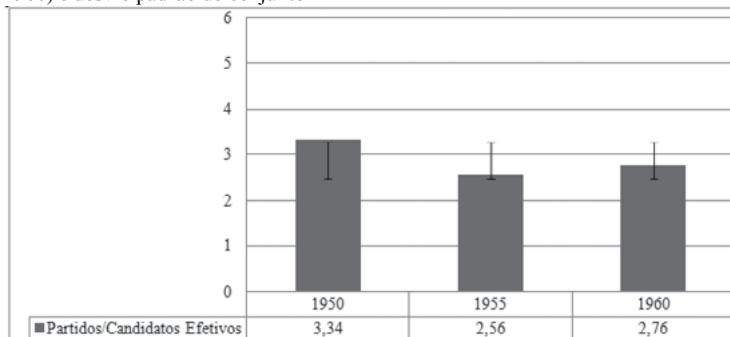
tral analisada. Estes gráficos servem tanto para identificar o nível geral de equilíbrio entre os valores (desvio-padrão baixo significa pequena variação relativa dos valores) quanto para identificar individualmente quais valores possuem níveis acentuados de distorção em relação ao restante do conjunto (quando se ultrapassa a margem do desvio-padrão, sabe-se que aquele valor possui algo de extraordinário em relação ao índice médio do conjunto).

Gráfico 1: Número de candidatos efetivos por eleição presidencial (1945-1960) e desvio-padrão do conjunto



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

Gráfico 2: Número de candidatos efetivos por eleição para vice-Presidente (1950-1960) e desvio padrão do conjunto



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

Em geral, desde a eleição do Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1950, tem-se nos dados médias que denotam equilíbrio nas eleições tanto para Presidente quanto para vice ($NEP=2,75$ e $NEP=2,88$ respectivamente). Embora os registros do período indiquem a existência de um elevado número de partidos (10 partidos lançaram candidatos à presidência no período; 7 lançaram nas eleições para vice)⁴, percebe-se que o número aproximado de três candidatos por pleito corresponde à importância das três maiores forças políticas daquele momento: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, tendo líderes como Getúlio Vargas e João Goulart), o Partido Social Democrático (PSD, partido de Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves) e a União Democrática Nacional (UDN, liderada por figuras como Carlos Lacerda e Eduardo Gomes). Isso indica que apesar da extensão do quantitativo de partidos, havia relativa organização do sistema em torno de até três nomes capazes de aglutinar distintas forças políticas da sociedade.

É necessário analisar as bases sociais do PTB, do PSD e da UDN para que os partidos políticos dos anos 1945-1964 sejam vistos como legítimos espaços de identificação entre representados da sociedade e representantes políticos. Ao descrever esse fenômeno, Lamou-nier (2005, p. 124-125) aponta a identificação do PTB com as bases do sindicalismo brasileiro do período, a identificação do PSD com a crescente burocracia estatal oriunda dos aperfeiçoamentos varguistas do Estado Novo (1937-1945) e com os proprietários rurais interioranos, e a identificação da UDN com as nascentes classes médias urbanas que residiam nas principais metrópoles brasileiras (sobretudo no Rio de Janeiro). A presença dos três partidos indica também o cumprimento de outras funções por parte do sistema partidário, como a de servir de suporte aos interesses políticos da sociedade, possibilitando a realização da representação política de fato (Sartori, 1982).

Além do fato de o número efetivo de candidatos presidenciais condizer com o sistema partidário e do modo como estes candidatos acomodavam a representação política do período, são cabíveis maiores análises a respeito dos desvios. Percebe-se nos pleitos eleitorais a tendência de os números efetivos de candidatos das eleições estarem

⁴ Para Presidente, lançaram candidatos os partidos PSD, PTB, UDN, PCB, PAN, PSB, PDC, PSP, PRP e PTN; para a vice-presidência, os partidos UDN, PTB, PSP, PSD, PSB, MTR e PST lançaram candidatos.

inseridos nas zonas de normalidade dos desvios-padrão, com casos que fogem à regra presentes na eleição para Presidente de 1955 e na de vice-presidente de 1950.

Para o segundo caso, pouco de excepcional é possível perceber. O fato de ser a primeira eleição para vice e de os partidos estarem arranjando-se em meio ao novo quadro (após a cassação do PCB em 1947), além da aliança que Vargas buscava com um candidato afinado com Adhemar de Barros em São Paulo – Café Filho, do mesmo Partido Social Progressista (PSP), que apoiava Vargas na eleição presidencial (Almeida Jr, 2007) – formaram o cenário de agitação capaz de indicar o motivo para se ter chegado a $NEP=3,34$ candidatos efetivos.

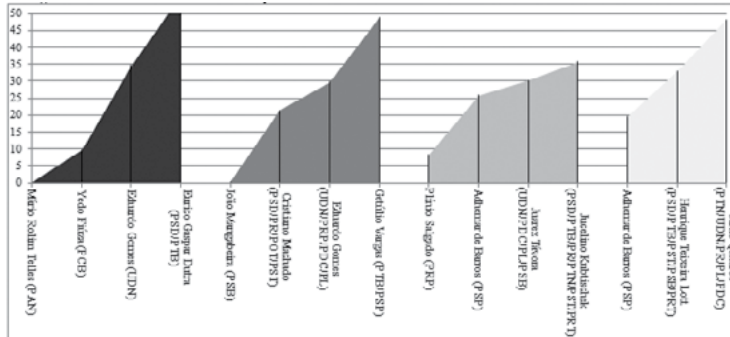
Quanto à dispersão excessiva na série das eleições para a presidência da república, tem-se no pleito de 1955 o momento em que se apresentaram $NEP=3,42$ candidatos efetivos. Este número condiz com o da eleição que se seguiu ao suicídio de Getúlio, a qual foi disputada por quatro candidatos marcadamente posicionados no processo: Plínio Salgado (candidato provindo das fileiras da extinta agremiação fascista/ultranacionalista chamada Ação Integralista Brasileira), Adhemar de Barros (ex-governador de São Paulo), Juarez Távora (candidato ligado às forças armadas e filiado à UDN, crítico de Getúlio Vargas e correligionário de Carlos Lacerda), e Juscelino Kubitschek – então governador de Minas Gerais).

Por conta da expressividade peculiar dos candidatos e da ocorrência extraordinária do suicídio de um Presidente em exercício, concebe-se como normal a situação de fragmentação expressa naquela eleição de 1955. Não obstante, o problema que indica instabilidade no período esteve em outro aspecto: a inexistência de segundo turno fez com que aquela eleição tivesse um Presidente eleito com 35,68% dos votos válidos (Juscelino Kubitschek), algo que invariavelmente provoca instabilidade (conforme dados do Gráfico 3). O caso chegou ao ponto de tornar muito difícil a posse de JK, pois os seus opositores eleitorais questionavam a legitimidade de sua posse, em especial Juarez Távora (derrotado por JK por cerca de 5% de votos) (Maranhão, 2007, p. 325).

A inexistência de segundo turno é uma característica nas regras eleitorais do período, e poderia levar o sistema político a fra-

gilizar-se por conta de riscos de contestação da legitimidade⁵ das disputas (Lima Jr, 1999; Santos, 2003). Conforme pode ser visto no Gráfico 3, somente Eurico G. Dutra obteve mais do que 50% dos votos válidos em uma eleição presidencial do período.

Gráfico 3: Percentuais de votos nas eleições de 1945 a 1960



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

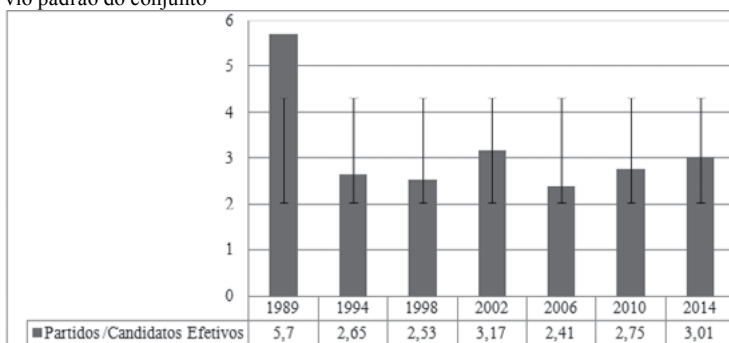
Percebe-se que havia competição no âmbito estrito do número efetivo de candidatos, tanto que se tem demonstrado que, levando-se em conta a estrutura em si, nos anos 1960 e 1970 a arquitetura institucional era sólida e poderia produzir uma democracia vigorosa, marcada pela participação política em curso no período, conforme visto em passagem anterior deste texto; mas o afã golpista de militares e civis que promoveram o inesperado e incalculável golpe de 1964 e usurparam o poder para si foi capaz de destruir esse potencial (Santos, 2003; Ferreira, 2003).

Em continuidade à análise, passa-se para os dados relativos às disputas contemporâneas. Os dados eleitorais presidenciais de 1989

⁵ Apesar do equilíbrio da competição eleitoral entre os candidatos verificados no período, de acordo com Lima Jr (1999, p. 15), os mandatos presidenciais dos anos 1945 a 1964 foram marcados por grande instabilidade: embora tenha havido nesse período apenas quatro eleições, somente dois dos eleitos conseguiram governar até o final de seus mandatos, enquanto nove Presidentes foram empossados e governaram no período. Isso indica que, mesmo com condições institucional-partidárias propensas ao equilíbrio de forças, as instituições não conseguiam manter-se na zona da normalidade. “(...) Instabilidade presidencial parece ser uma constante da vida pública do país: dos Presidentes eleitos em situação democrática, três faleceram antes de tomar posse, um foi duramente impedido de fazê-lo, e só tomou posse através de um contragolpe militar, um suicidou-se no cargo e dois foram impedidos de terminar seus mandatos” (Lima Jr, 1999, p. 15) Os motivos podem ser vários, mas como o objetivo estabelecido para esta fase da tese é focalizar somente as condições institucional-partidárias das várias épocas de democracia eleitoral no Brasil, não se considera viável o aprofundamento dessas questões.

a 2014 revelam níveis médios de número de candidatos da ordem de $NEP=3,17$ e de desvio-padrão de 1,05 – superiores, portanto, aos do período anterior (ver Gráfico 4), pois, se retirados os dados presidenciais de 1989, que destoam do restante do conjunto, a série obtém índice médio de $NEP=2,75$ candidatos efetivos e desvio-padrão de 0,36. Assim, o índice médio do período 1994-2014 coincide com a de 1945-1960. Esse excesso das eleições de 1989 pode ser explicado pelo deságue das vontades políticas reprimidas pelos 29 anos sem eleições presidenciais livres no Brasil: 22 candidatos inscreveram-se para o pleito, 21 receberam votos e $NEP=5,7$ foi o número efetivo de candidatos daquele pleito.

Gráfico 4: Número de candidatos efetivos por eleição presidencial (1989-2014) e desvio padrão do conjunto

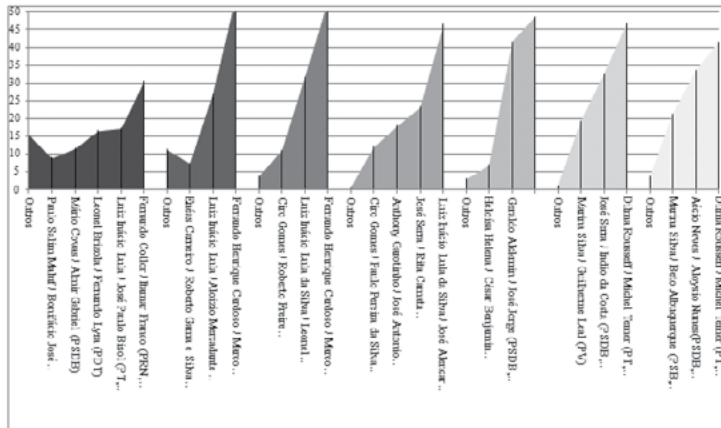


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

O índice médio mantido nos dois períodos analisados chama a atenção por indicar que as eleições presidenciais parecem possuir uma predisposição a aceitar algo em torno de três forças políticas concorrenciais. Isso não é uma novidade recente, mas um traço coincidente que entrecorta a íntegra da vida eleitoral democrática brasileira. Assim como em 1989 houve uma disputa acirrada entre Lula (PT) e Brizola (do Partido Democrático Trabalhista, ou PDT) para saber quem iria para o segundo turno com Collor de Melo (do Partido da Reconstrução Nacional, ou PRN), percebe-se a presença de resultados significativos de terceiros colocados em todas as

eleições (Gráfico 5), ainda que figurando nas discretas presenças de Enéias Carneiro em 1994 (com 7,38% dos votos válidos), com Ciro Gomes em 1998 (10,97%) e Heloisa Helena em 2006 (6,85), ou nas votações mais expressivas de Anthony Garotinho em 2002 (17,86%) e nas duas vezes de Marina Silva (em 2010 e 2014 com 19,33% e 21,32%, respectivamente).

Gráfico 5: Percentuais de votos nos primeiros turnos das eleições presidenciais de 1989 a 2014



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

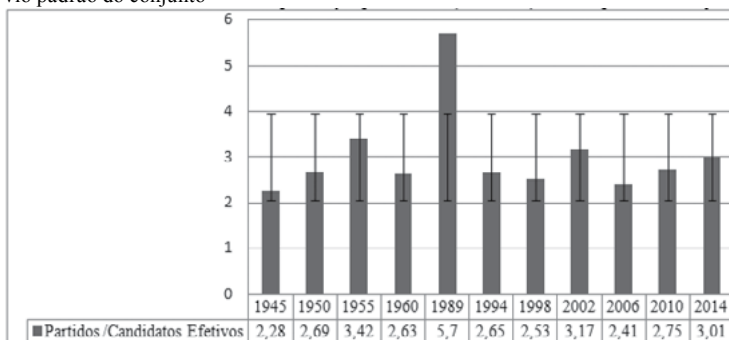
Os dados relativos ao número efetivo de candidatos à presidência corroboram teses que explicam a consistência do sistema partidário em outras perspectivas, relativas às disputas eleitorais legislativas. Observando-se as instituições e ratificando tese de Souza (1985), percebe-se que o modelo democrático inaugurado nos anos 1940 produziu um espaço de representação política funcional e munido de relativa viabilidade ante as demandas da sociedade, embora isso não signifique plena normalidade da relação entre o sistema político e a sociedade. Em outras palavras, o sistema pode não acolher a todos, mas funciona.

Entre os elementos corroborados pelo presente trabalho estão teses relativas a eleições ou ao trabalho legislativo decorrente da organização de partidos e sistemas partidários. Estas teses analisam a

entrada em um universo que funciona desde os anos 1940 como um “mercado político” um pouco mais amplo e impessoal em relação ao processo eleitoral - diferentemente de tempos oligárquicos anteriores – e como um conjunto de partidos legislativos capaz de dar vazão a minimamente a interesses de grupos (não necessariamente reflexos perfeitos da sociedade, mas “alguma representação política”) que buscam um equilíbrio na relação entre os poderes capaz de gerar governabilidade (Nicolau, 2004; Santos, 2004).

No tocante aos candidatos efetivos em pleitos democráticos desde 1945 até 2014, percebe-se que o nível de desvio e do índice médio é ainda mais estável quando se separa essa época em dois períodos isolados⁶: O índice médio apresentado de $NEP=3,02$ candidatos efetivos, com desvio-padrão de 0,9. Como se pode observar no Gráfico 6, a série completa indica somente as eleições de 1989 como fato que extrapola o teto do desvio-padrão.

Gráfico 6: Número de candidatos efetivos por eleição presidencial (1945-2014) e desvio padrão do conjunto



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

Em outras duas eleições o número efetivo de candidatos foi superior ao índice médio, mas não excedendo o desvio-padrão: a de 1955 e a de 2002, Enquanto a de 1955 ocorreu na atribulada situação

⁶ Conforme a afirmação de Limongi (2008) sobre o processo constituinte da CF 1988, deve-se considerar que a elaboração do modelo institucional do presidencialismo brasileiro tinha por tarefa não somente a superação dos demais regimes anteriores (o de 1946 e o de 1964), mas também a busca de aperfeiçoamento em relação a eles dois, que são tidos como experiências históricas incontornáveis nas ponderações sobre a nova constituição que viria em 1988.

vivenciada após o suicídio de Vargas, a de 2002 correspondeu ao fim do ciclo de ocupação da presidência da república pelo PSDB. A eleição de 2002 foi a primeira depois de uma reeleição imediata de um Presidente da República, e, apesar de o número de candidatos efetivos estar acima do índice médio, neste pleito este número não foi tão grande como em 1989.

Pode-se afirmar que o efeito reeleição não foi capaz de desestabilizar o sistema partidário. A quantidade efetiva de candidatos depois de oito anos de mandato de um Presidente não resultou em elevação dos níveis de fragmentação, nem sequer em um nível acentuado de depreciação da quantidade e consequente concentração eleitoral nas mãos de menos grupos. Além da eleição de 2002, a eleição de 2010 também é representativa disso: o valor médio de $NEP=2,75$ candidatos condiz não somente com o índice médio dos períodos 1945-1960 e 1994-2014, mas também com a existência de oposição após a reeleição de Lula em 2006 e com a entrada em cena de um terceiro candidato que esteve no limiar de tornar-se efetivo: Marina Silva, pelo Partido Verde, que obteve quase 20% dos votos em 2010.

3 QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DE DISPERSÃO OU DE CONCENTRAÇÃO REGIONAL DE VOTOS?

Parte-se agora para o segundo elemento contido no presente modelo analítico de padrões de competição política nas eleições presidenciais democráticas brasileiras: as considerações a respeito da dispersão e da concentração geográfica dos votos nos candidatos presidenciais dos períodos selecionados. Para nortear tal tarefa analítica nesta tese, colocam-se a seguinte afirmação e a seguinte questão: para eleger autoridade dotada de legitimidade, a competição eleitoral necessita ter alcance nacional, de modo a contemplar o conjunto do país; como, então, mensurar os níveis de dispersão do voto presidencial no Brasil?

O instrumento quantitativo utilizado para essa mensuração foi o chamado *coeficiente de variação* utilizado por Braga (2006, p. 162), que consiste num cálculo capaz de identificar o nível de dispersão do

apoio eleitoral pelos vários estados brasileiros. Enquanto o número efetivo de candidatos centra-se na ponderação do percentual relativo dos candidatos em uma eleição (tendo-se a eleição em si como variável principal), a distribuição dos votos pelo território nacional permite identificar até que ponto a votação de cada candidato atingiu o nível nacional, observando-se individualmente cada competidor.

A fórmula que sustenta o tratamento dos dados que indicam o grau de nacionalização de cada candidato possui a seguinte equação: $Cv = \sigma / \bar{x}$, com Cv representando o resultado (variação, de zero ao infinito) de uma divisão da medida do desvio-padrão (σ) do conjunto de percentual de votos de um candidato pelo índice médio nacional (\bar{x}) da soma do percentual⁷ de votos obtidos pelo mesmo em cada estado (Braga, 2006, p. 163). A partir desse coeficiente de variação, poder-se-á perceber o nível de alteração presente na diferença de votos de um candidato entre os estados em que ele foi mais votado e os em que foi menos votado. Quanto maior o valor aferido no coeficiente, mais concentrado regionalmente terá sido o voto em determinado candidato.

Para começo de análise, é imprescindível que se considere os casos ocorridos na primeira etapa analisada (1945-1960). Qualquer analista do período iniciará o raciocínio lembrando-se de que a política era excessivamente regionalizada até a Revolução de 1930, que foi uma culminância crítica dos conflitos regionais gestados ao longo da República Velha (1989-1930), e poderá partir da premissa de que a República de 1946 teve um sistema político disperso regionalmente. Apesar da tradição política regionalista do período, os competidores eleitorais pareciam ter grande recepção em distintas áreas do país ao longo de todo o período.

O que se percebe de transformação nos dados indica uma sensível evolução entre as quatro eleições para Presidente e as três para

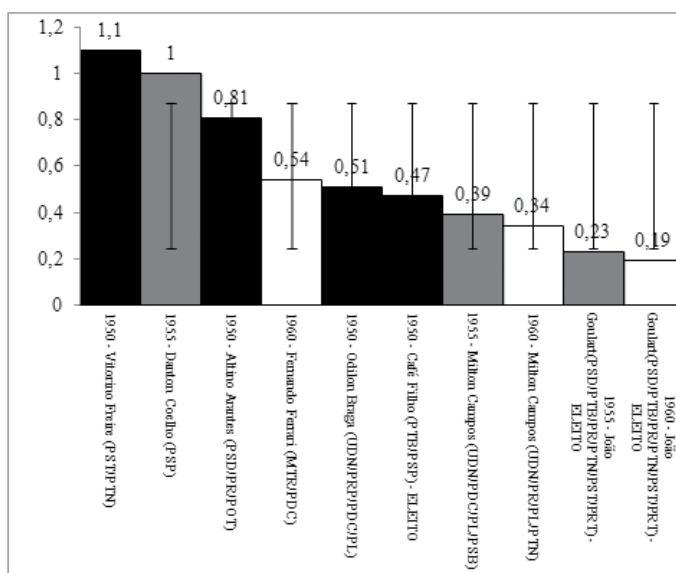
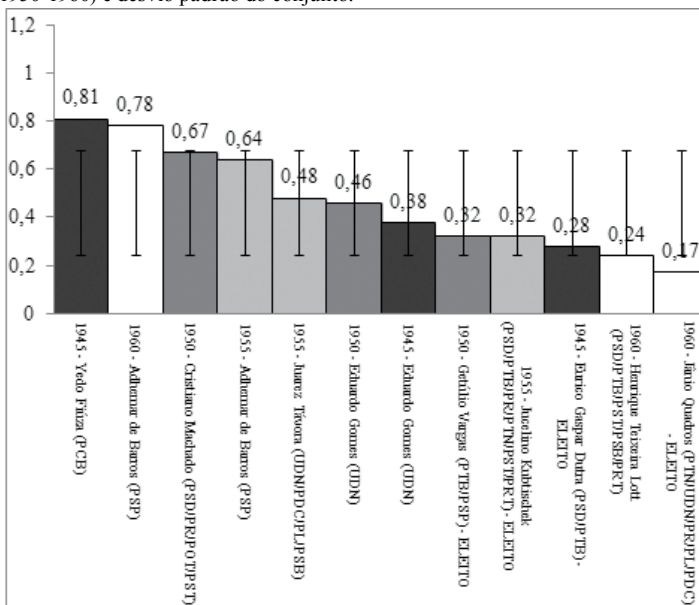
⁷ No presente estudo, a pesquisa dos resultados eleitorais presidenciais foi feita por estado, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) presentes no site <<www.ipeadata.gov.br>>, o que possibilitou o detalhamento da votação por estado. Definiu-se assim o percentual de votos em cada caso, estabelecendo-se o desvio-padrão e a média do percentual de votos de cada candidato (computando-se somente os dados do primeiro turno das eleições), e por fim, calculando-se o resultado do coeficiente de variação. Buscou-se analisar a dispersão espacial com base no número de candidatos efetivos indicados em cada eleição presidencial, usando-se os dados acima analisados para definir a quantidade de candidatos a serem selecionados para a análise que se segue. Nas eleições de 1945, por exemplo, em uma eleição com número de candidatos efetivos de $NEP=2,28$, e assim, os três primeiros colocados foram selecionados para análise por meio do coeficiente de variação.

vice-Presidente. Apesar de o argumento não ser perfeito – pois não há precisamente uma explícita “escalada de nacionalização das candidaturas com o passar do tempo” –, esta evolução confirma a tese de Lima Jr (1999) de que é possível “(...) concluir pela nacionalização das eleições presidenciais a partir do pleito de 1960” (Lima Jr, 1999, p. 12).

A afirmação de Lima Jr. (1999) necessita de análise. Nos gráficos 7 e 8, o índice médio do coeficiente de variação para os candidatos à presidência foi de $Cv=0,46$ e o desvio-padrão no valor foi de 0,2, enquanto o índice médio dos candidatos à vice-presidência foi de $Cv=0,55$ e o desvio-padrão de 0,29. Percebe-se que dos onze candidatos à presidência que estiveram encaixados no limite do número efetivo de candidatos do período, três extrapolaram o limite do desvio-padrão. Pela ordem de importância, são eles: Yedo Fiúza (o único candidato do PCB na série, em 1945, pois em 1947 o partido foi impedido pelo TSE de disputar eleições), Adhemar de Barros (do PSP, ex-governador de São Paulo e candidato em 1960) e Cristiano Machado (do PSD, candidato em 1950 cuja candidatura foi abandonada pelos correligionários em favor de Getúlio Vargas ao longo da campanha, acontecimento que provocou a criação do termo “cristianização” para referir-se ao abandono de um candidato).

Assim, entre os três candidatos com votação mais concentrada regionalmente estiveram presentes os três candidatos das eleições de 1960, sendo que os outros dois tiveram candidaturas assumidamente débeis – seja por conta das condições hostis com que as instituições eleitorais tratavam os comunistas, seja pela “cristianização” do candidato peessedista. Isto pode denotar tanto a fragilidade do candidato Adhemar de Barros em buscar votos nacionais quanto a polarização política daquele pleito entre outros dois candidatos – Jânio Quadros, do PTN, e Henrique T. Lott, do PSD –, mas certamente dificulta a afirmação de que 1960 tenha sido o ano estritamente decisivo para a nacionalização do voto.

Gráficos 7 e 8: Coeficiente de variação por candidato presidencial (1945-1960) e desvio padrão do conjunto; Coeficiente de variação por candidato à vice-presidência (1950-1960) e desvio padrão do conjunto.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadta.gov.br>>).

Lima Jr. (1999) explica a extensão dos votos ao nível nacional como algo que não se resume à dispersão territorial dos competidores eleitorais. Com outras variáveis, ele leva em conta em sua argumentação dados demográficos que ilustram a expansão do voto em meio à urbanização da sociedade brasileira no entorno do ano de 1960. No entanto, o C_v indica uma sensível evolução da nacionalização já entre 1945 e 1960, algo complementar à tese de Lima Jr, pois a franca ascensão da nacionalização é percebida efetivamente a partir 1960.

Se é positiva a afirmação de que nas eleições havia candidatos que angariavam votos em todo o território nacional desde 1945, algumas outras considerações precisam ser feitas para uma melhor especificação desta afirmação. Os dados indicam que, vistas em seu conjunto, as eleições para Presidente foram mais nacionalizadas que as para vice-Presidente, mas também, que quatro candidaturas à vice-presidência foram mais nacionalizadas que o índice médio dos candidatos a Presidente, com João Goulart do PTB e Milton Campos da UDN por duas vezes (em 1955 e 1960) tendo valores menores que $C_v=0,46$, o que indica um equilíbrio de polos de disputa eleitoral nacional entre duas forças antagônicas no aspecto políticos-ideológicos (uma divisão entre a direita udenista e a esquerda petebista)⁸. Vale também dizer que as duas eleições seguidas de João Goulart, em meio a dados que apresentam normalidade de funcionamento institucional, correspondem à primeira experiência democrática reeleitoral imediata para um cargo no executivo federal brasileiro.

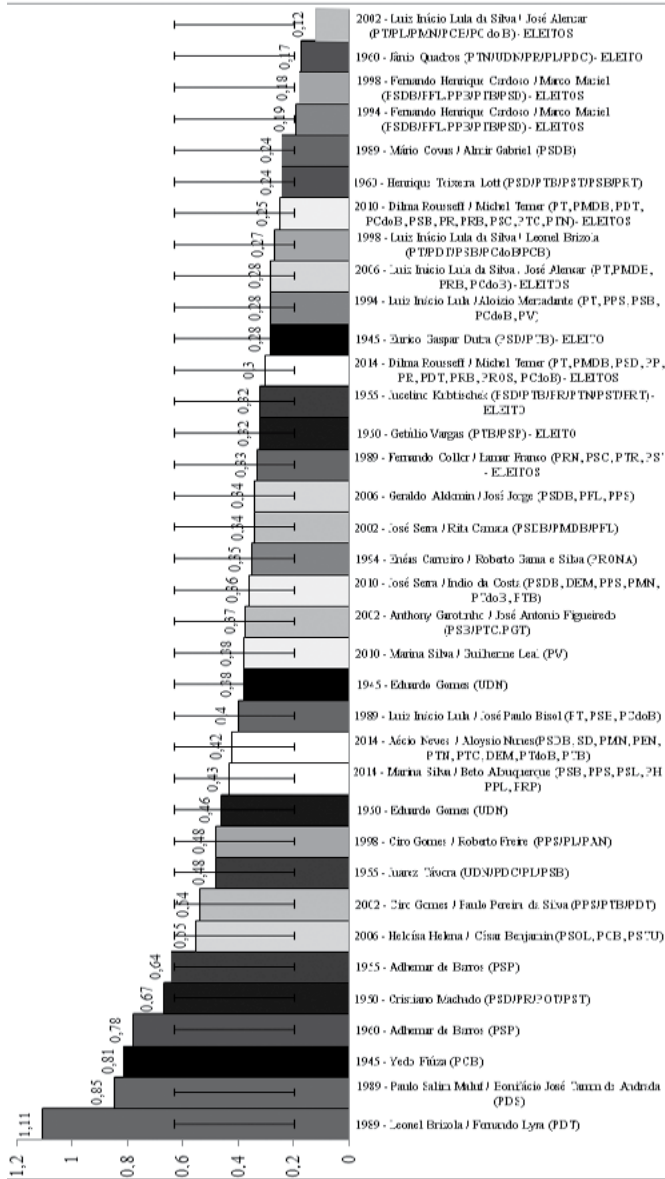
Uma apreciação dos dados faz gritar a capacidade de obter votos em todo o país: *todos os vitoriosos presidenciais de 1945 a 1960 tiveram desempenhos melhores no coeficiente de variação do que seus concorrentes de pleito*, o que denota o equilíbrio do sistema e a representatividade nacional presentes no processo eleitoral: o can-

⁸ Outra questão a ser levada em conta nos dados que foram apresentados diz respeito às oposições políticas, que historicamente foram rebeldes e não aceitavam plena e passivamente o resultado das urnas no período. Praticamente todas as eleições foram questionadas quanto ao resultado, o que forçava a existência de amplas articulações políticas tramadas por vencedores que, pelos grandes esforços envidados, obviamente, conseguiram uma vitória eleitoral. Exemplos disso, que corresponde ao gene do presidencialismo de coalizão: o complexo arranjo político feito para a chegada de Dutra à presidência em 1945 – em que Vargas se dispôs a receber o apoio de um político não plenamente identificado com a sua orientação naquele momento; o retorno de Vargas nos braços do povo em 1950 – algo normal, devido à intensidade de seu brilho carismático, mas que fora contestada; e a eleição de Juscelino Kubistchek em 1955 – envolvida por ampla composição centrada, sem rivalizar com interesses de poderosos (Almeida Jr, 2007; Maranhão, 2007).

didato que venceu guarda em si a legitimidade da vontade eleitoral do conjunto do país. Nas duas derrotas de Eduardo Gomes (da UDN, em 1945 e 1950), o desempenho do candidato deixou a desejar, tanto que em uma delas, a de 1950, ele chegou ao índice médio de apenas $C_v=0,46$, o que demonstra que sua votação não foi satisfatoriamente nacionalizada. No caso bastante conhecido da crise vivenciada quando da posse de Juscelino em 1955, foram grandes as críticas do militar e candidato opositor Juarez Távora (UDN), o mesmo que obteve um resultado incapaz de sustentá-lo na linha acima do índice médio, com apenas $C_v=0,48$ no coeficiente. Outro competidor presidencial do momento era Adhemar de Barros (PSP), candidato que tinha como grande virtude curricular ter sido interventor e governador do Estado de São Paulo, mas que tinha dificuldades para sustentar seu coeficiente de variação até mesmo dentro do limite do desvio-padrão, o que indica extrema concentração regional de votos – $C_v=0,64$ em 1955 e $C_v=0,78$ em 1960, este último, o segundo maior valor da série, apesar de ter disputado o que Lima Jr (1999) considera ser a primeira eleição demograficamente nacionalizada e urbanizada.

A visualização completa da nacionalização da competição política no Brasil demanda olhares sobre tempos recentes, dos quais o imaginário de superioridade relativa ao passado é ideia rápida que vem à mente; mas não foi de maneira evolutiva que se deu esse avanço. Num conjunto de 36 candidatos à presidência da república, unindo-se os candidatos solitários de 1945 a 1960 aos candidatos incluídos em chapas a partir de 1989, o valor médio do coeficiente de variação foi de $C_v=0,41$, e o desvio-padrão, de 0,21. No gráfico 9 estão expostos todos os candidatos, com diferentes tonalidades de cinza utilizadas para indicar os momentos de disputa eleitoral: as barras mais escuras indicavam candidaturas em eleições mais antigas, e as mais claras, candidaturas em eleições recentes.

Gráfico 9: Coeficiente de variação por candidato presidencial (1945-2014) e desvio padrão do conjunto.



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (Base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

Manifesta-se nos dados um padrão geral de mescla dos períodos, tanto no que concerne aos candidatos acima do índice médio quanto aos que apresentaram os menores coeficientes de variação. Quanto ao primeiro caso, dos treze candidatos naquela condição, sete disputaram eleições depois de 1989 e dois (duas mulheres) participaram da última eleição, em 2014. Quanto ao segundo caso, a candidatura mais nacionalizada foi a de 2002, e a segunda, a de 1960. Dos quinze candidatos com coeficiente de variação menor ou igual a $Cv=0,33$, somente quatro não se elegeram: Mario Covas (PSDB, $Cv=0,24$) em 1989; Henrique T. Lott (PSD, $Cv=0,24$) em 1960; Lula (PT) em 1998 ($Cv=0,27$) e 1994 ($Cv=0,28$). Entre os eleitos, Fernando Collor (PRN, em 1989, com $Cv=0,33$) foi o menos nacionalizado de todos, e Lula (PT, em 2002, com $Cv=0,12$), o mais nacionalizado.

Comparadas com o padrão médio, as eleições de 1989 novamente se caracterizaram como um caso extraordinário em relação às demais disputas. Sem os seus dados, o índice médio do conjunto cairia para $Cv=0,38$ e o desvio para 0,16. Seus candidatos tiveram o desempenho mais distorcido em relação aos demais: os dois piores números são dos candidatos Leonel Brizola (PDT) e Paulo Maluf (PDS), respectivamente com $Cv=1,1$ e $Cv=0,85$, números que certamente apontam para a inviabilidade de ambas as candidaturas. Quanto ao caso de Brizola, por exemplo, sabe-se que obteve 62,66% dos votos do Rio Grande do Sul e 52,09% dos do Rio de Janeiro, porém apenas 1,51% dos votos de São Paulo, e mesmo assim ele ficou em terceiro lugar na disputa; e o candidato eleito, Fernando Collor (PRN), foi o candidato com o pior nível de distribuição dentre todos os onze eleitos, com $Cv=0,33$ de coeficiente, sendo mais concentrado regionalmente do que as candidaturas derrotadas de Lula (PT) em 1994 e 1998 e Teixeira Lott (PSD) em 1960. Estranhamente, o candidato que teve maior capilaridade eleitoral e equilíbrio na distribuição em 1989 foi Mario Covas (PSDB), mas tudo não passou de um pequeno apanhado de votos nacionalizado, pois Covas não venceu em nenhum estado, nem mesmo em São Paulo, posicionando-se sempre em terceiro ou quarto lugar dentre os mais votados – porém algo significativo, pois indicava uma predisposição à nacionalização do voto do seu partido (PSDB) nas eleições seguintes.

O gráfico 10 e a tabela 1 que o acompanha demonstram a correlação em cada eleição entre o eixo x com o coeficiente de variação e o eixo y ilustrando o percentual de votos obtidos na eleição disputada. Percebe-se visualmente a regularidade entre a distribuição da classificação e o nível de nacionalização do candidato: há uma significativa correlação negativa em que quanto menor o *coeficiente de variação* (Cv), maior o percentual de votos do candidato. Isso indica que quanto mais nacionalizado o voto do candidato, melhor posicionado na classificação final (mais próximo da vitória ou do segundo turno, quando for o caso).

Gráfico 10: Correlação entre coeficiente de variação e percentual de votos do candidato (por eleição presidencial, 1945-2014)

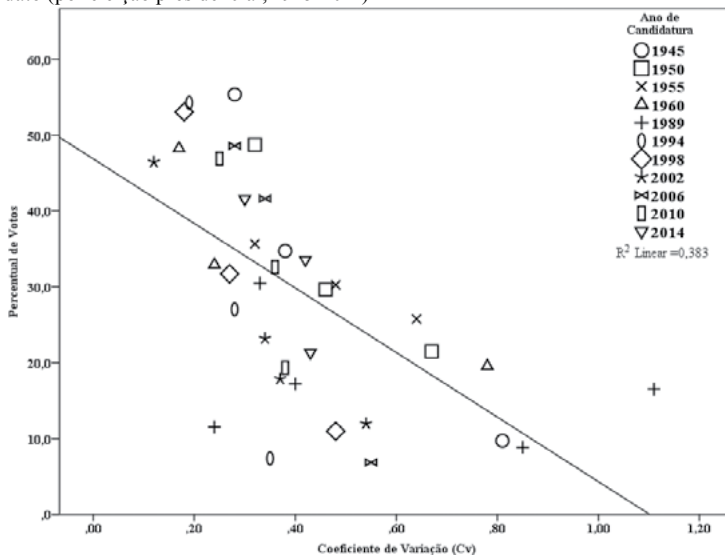


Tabela 1: Resultado para Coeficiente de Pearson entre o coeficiente de variação e o percentual de votos do candidato (por eleição presidencial, 1945-2014)

Ano Eleitoral	1945	1950	1955	1960	1989	1994	1998	2002	2006	2010	2014	r agregado
r por eleição	-0,958	-0,942	-0,998	-0,895	-0,319	-0,999	-0,972	-0,997	-0,998	-0,936	-0,838	-0,619

O gráfico de dispersão possui os valores de C_v (eixo x) e os percentuais de votos dos candidatos (eixo y). Cada ponto é um candidato inominado, definido pelo seu ano de candidatura. Cálculo correlacional produziu um valor de r entre essas duas variáveis, que em estatística condiz com o *coeficiente de correlação produto-momento de Pearson*. Sua fórmula é representada por $r = \text{cov}(x,y) / \sigma_x \sigma_y$: o resultado da divisão da covariância dos valores de x e y pelo produto da multiplicação entre seus desvios-padrão. Os valores de r servem para mensurar a correlação entre as variáveis: os valores máximos são +1 (correspondente à correlação positiva entre as variáveis, ou seja, quanto mais x houver, mais haverá decorrência em y) e -1 (correlação negativa, logo, quanto mais x houver, menos y o acompanhará). Quanto mais próximo de 0 (zero) o resultado, menos correlação haverá (Field, 2009, p. 125).

Os valores de r são importantes para complementar e dar precisão para aquilo que visualmente pode ser percebido no gráfico. O valor da correlação de Pearson analisado foi de $r = -0,619$ (a linear cadente no gráfico indica a tendência entre as duas variáveis). Quanto aos dados especificados para cada série eleitoral, num primeiro olhar percebe-se que quase todas as eleições possuem a mesma correlação entre nível de nacionalização do voto do candidato e distribuição no percentual de votos do resultado do pleito. Nos candidatos das eleições de 1989 e 2002 notam-se diferenças marcantes, por conta da quantidade de candidatos efetivos (as mais numerosas). Apesar disso, a eleição de 2002 possui $r = -0,997$ para a correlação em questão, ou seja, nela se verifica uma forte correlação negativa entre as duas variáveis; já a eleição de 1989 possui nível de $r = -0,319$, indicando uma fraca correlação entre nacionalização e êxito eleitoral; mas, apesar disso, o resultado de 1989 reforça o padrão de correlação positiva, cujo auge no resultado está nas eleições de 1994. Naquele pleito, pode-se dizer que houve uma perfeita correlação negativa: marcadamente, ela foi a eleição de FHC, em meio à implementação do Plano Real.

Os dados expostos indicam um padrão de plenitude na correlação positiva entre a nacionalização do voto e o posicionamento no resultado final. Ainda assim, os valores de 1960, de 2010 e de 2014 chamam a atenção. A relativa às eleições de 1960 possui um significativo valor de $r = -0,895$, mas chama a atenção o fato de ela

na indicar uma correlação tão perfeita quanto às demais, ficando entre o segundo e o terceiro lugar na eleição. Isso se deve à diferença de nacionalização do voto verificada entre Henrique T. Lott (PSD, segundo lugar naquele pleito e militar popular que auxiliou JK em sua posse no ano de 1955) e Adhemar de Barros (PSP, terceiro lugar e de votação muito concentrada). Enquanto isso, os valores de 2010 e 2014 (respectivamente, $r = -0,936$ e $r = -0,838$) chamam a atenção por indicar um declínio dos picos da correlação (estáveis de 1994 e 2006). Esta tendência parece indicar que a nacionalização do voto do terceiro colocado põe em risco a posição do segundo (indica a entrada de um novo ator nacionalmente votado na disputa) e, coincidentemente, os dois pleitos foram aqueles em que Marina Silva foi candidata – em 2010 pelo PV e em 2014 pelo PSB.

4 ENTRE AS ELEIÇÕES, AS POSIÇÕES ELEITORAIS ERAM SUJEITAS A GRANDES ALTERAÇÕES DE PREFERÊNCIAS?

Após as percepções acerca das eleições em si – resultantes da análise baseada no índice de candidatos efetivos – e o aprofundamento nas condições competitivas de cada candidato na busca por votos ao largo do território nacional – obtido do coeficiente de variação – analisa-se a seguir o *continuum* de relações entre eleições ao longo da história. Com isso busca-se perceber a variação da detenção de voto pelos partidos políticos e pelos espectros de ideologia ao longo do tempo – ou seja, há uma preocupação especial com a dinâmica do voto através da seguinte questão: quem cresceu e quem diminuiu em votos de uma eleição para outra?

Conhecido como *Índice de Volatilidade de Pedersen*, em alusão ao cientista político que o criou (Mogens N. Pedersen), o cálculo da volatilidade eleitoral é produzido através da fórmula $V_t = \sum | \% - \%_{-1} |$, em que V_t corresponde à volatilidade total que resulta da subtração integral de um percentual de votos (%) por um percentual auferido em eleição anterior ($\%_{-1}$). Para definir com precisão o modo

como a volatilidade eleitoral é calculada⁹, recorre-se à descrição *ipsis litteris* de Braga (2006):

(...) o uso da volatilidade é importante pois se trata de um indicador que permite apreender tanto os deslocamentos das opções eleitorais de partidos individualmente entre duas eleições quanto o grau de mudança agregada na taxa de apoio total aos partidos, de forma sistêmica. (...) Este índice é calculado da seguinte maneira: a) selecionam-se duas eleições consecutivas e subtrai-se o percentual de votos (ou cadeiras) que cada partido obteve na eleição antecedente; b) os valores resultantes da operação, para cada partido, são somados, desconsiderando-se o sinal; c) o resultado é dividido por dois. A variação do índice reflete a variação da taxa de apoio agregado aos partidos entre duas eleições sucessivas (Braga, 2006, p. 200).

A volatilidade eleitoral tem por finalidade precípua servir de referência para analisar o nível de institucionalização de um sistema partidário. Por essa lógica, quanto mais alto o índice, mais alterações nas escolhas do eleitorado entre uma eleição e outra e menos sedimentação do sistema de partidos (Peres; Ricci; Rennó, 2011, p. 46). No caso do presente estudo, a volatilidade é um indicador que permite perceber a tendência à permanência ou mudança de preferência partidária e ideológica do comportamento eleitoral em relação aos candidatos à presidência e conferir a existência de um padrão de estabilidade para vasculhar a existência de indícios de divergências históricas. A estabilidade e a liberdade de mudar de preferência eleitoral constituem um aspecto essencial para a existência de institucionalização, de eleições justas e, conseqüentemente, de estabilidade de competição.

Considerada num todo e relacionada à situação do sistema partidário nacional, a volatilidade eleitoral brasileira é normalmente asso-

⁹ O tratamento dos dados foi feito primeiramente de maneira individualizada, começando com o cálculo da variação do percentual de votos de cada partido político que lançou candidato à presidência da república – por meio de simples subtração dos percentuais. Depois disso, calculou-se a totalidade da volatilidade ocorrida entre cada um dos pares eleitorais subsequentes. Ante a percepção de que a identificação dos candidatos por espectro ideológico seria um importante suporte para a avaliação de avanços ou retrocessos de grupos políticos que possuíam maior ou menor afeição institucional, os resultados foram agregados em quatro tipos ideológicos, compreendidos através das impressões sobre o eleitorado provocadas pelos competidores políticos.

ciada à situação político-institucional dos demais países latino-americanos. De acordo com Peres, Ricci e Rennó (2011, p. 48), essa associação produzida pela literatura de estudos eleitorais tende a considerar que a volatilidade eleitoral brasileira condiz com a instabilidade presente nos sistemas partidários de toda a região. Visto por essa perspectiva, que traça um rasante em todo o subcontinente, coletando informações genéricas sobre os países que o constituem, o Brasil possui um padrão de volatilidade que impede o amadurecimento dos partidos, com determinantes políticas baseadas em fatores como a excessiva quantidade de partidos e o personalismo eleitoral (Peres; Ricci; Rennó, 2011, p. 51).

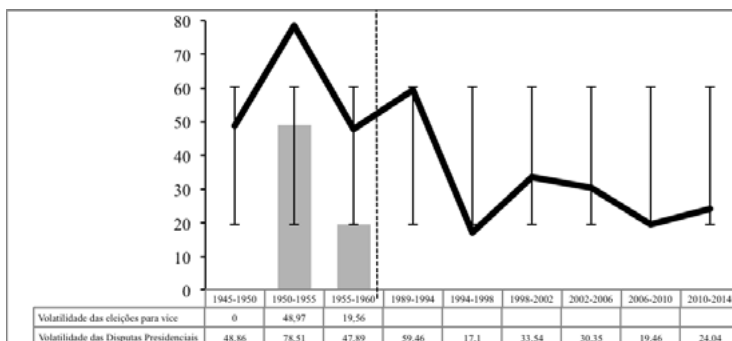
A tese do trio de autores acima relacionado é distinta do convencional. Quando se observam dados que não somente os dos resultados eleitorais das disputas para a Câmara dos Deputados (a tradicional fonte das afirmações genéricas) e se analisam dados variados (sobre estados e municípios, o número efetivo de partidos, a longevidade dos partidos, a magnitude dos distritos eleitorais, dentre outros), chega-se à conclusão de que a volatilidade não é tão elevada quanto o que em geral se tenta mostrar, de que ela passa por uma evolução negativa ao longo do tempo em quase todos os lugares do país e de que há grande variabilidade do índice no decorrer das eleições. Assim, este fenômeno é mais complexo do que a impressão padronizada de instabilidade constante (Peres; Ricci; Rennó, 2011, p. 62).

Num melhor detalhamento da volatilidade no presente trabalho, o enfoque concernente à competição política presidencial parece ratificar as premissas supracitadas. O conjunto de dados de V_t (gráfico 11) a seguir indica que não existe na história da competição eleitoral presidencial brasileira um nível incontrolável de volatilidade. O índice médio para toda a série é de $V_t=39,91$ para os candidatos a Presidente (a relativa aos candidatos a vice-presidente é de $V_t=34,26$), com desvio-padrão de 19,26 (inexistente para a vice-presidência, devido à brevidade da série), o que de início já indica que a série possui oscilações fortes e grande variabilidade de V_t tal como percebido pelo trio de pesquisadores acima referido.

Paradoxalmente, com afirmam Peres, Ricci e Rennó (2011), apesar de haver variabilidade na volatilidade, percebe-se o declínio evolutivo dos valores ao longo da série. Existem dois grandes períodos

nos dados: um iniciado pela volatilidade de 1945 e 1950 e encerrado em 1989 e 1994 (apesar de na realidade ambos fazerem partes de regimes políticos distintos, percebe-se um *continuum* entre eles na série histórica), outro que começou em 1994-1998 e estendeu-se até 2010-2014. Em se tratando desses dois patamares de dados isolados, constata-se neles o índice médio de $V_t=58,68$ com desvio-padrão de 12,31 para o primeiro caso, e $V_t=25,80$ com desvio-padrão de 6,19 para o segundo. Este declínio indica dois momentos com peculiaridades específicas: pelo fato de os dois desvios-padrão serem menores que o da amostra toda, tem-se neles momentos com níveis bem delineados e estabilidade em si. A queda dos dois patamares indica não somente o declínio da volatilidade total iniciada em 1994-1998, mas também o estabelecimento de um novo padrão de estabilidade, com eleitores menos volúveis entre duas eleições, mas sem ter havido “congelamento” de votos entre uma ou duas preferências eleitorais. Vale lembrar que o número efetivo de candidatas para 1994-2014 foi de $NEP=2,75$, e que dessas disputas participaram tanto o caricato Enéias Carneiro – candidato de um partido de direita nacionalista, o extinto PRONA, que em 1994 recebeu mais de 7% dos votos válidos – quanto Marina Silva, do PSB, uma candidata com ideário aproximado de certa esquerda liberal que vive nos grandes centros urbanos e deu-lhe 21,32% dos votos em 2014.

Gráfico 11: Volatilidade total por pares de eleições



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipedata.gov.br>>).

Em análise das especificidades do gráfico, duas constatações sobre a volatilidade eleitoral podem ser colhidas na história eleitoral presidencial brasileira. Na primeira, chama a atenção o fato de que somente os dados de V_t relacionados às eleições de Vargas em 1950 e de JK em 1955 extrapolam o limite do desvio-padrão da série; e a segunda refere-se à reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994-1995, que é o outro momento de superação da margem de desvio-padrão, embora com o patamar mais baixo da série.

O caso de 1950-1955 pode ser visto como relacionado ao personalismo político do período. Ironicamente, a afirmação de que o personalismo político é traço fundamental do padrão de volatilidade eleitoral brasileira é uma das mais rebatidas por Peres, Ricci e Rennó (2011); porém se percebe que o personalismo político é mais vinculado a um traço estritamente característico de uma época, sendo possível dizer que uma variável “desviante” do padrão é coincidente com ele. Isto faz lembrar Angela de Castro Gomes (2005), que se utiliza de um modelo interpretativo cultural do período – inspirado na antropologia de Marshall Sahlins – para identificar que as trocas simbólicas entre as autoridades individuais do período e a classe trabalhadora serviram de mote para a hegemonia ideológica do trabalhismo.

Em eleições estritamente individuais como aquelas para o executivo federal, na República de 1946 a 1964 a prática política orbitava em torno da ideologia trabalhista, e personalidades destacadas, como Vargas, JK, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e outros, tinham impacto sobre ela, não ficando nas mãos dos partidos o acolhimento de preferências em todas as eleições¹⁰. Assim, a volatilidade de 1950 e 1955 pode ser melhor explicada pela “volatilidade”: o rearranjo da atratividade das personalidades políticas após o suicídio de Vargas e a criação de um ambiente de insegurança institucional podem ser melhor percebidas pela ótica da busca por votos próprias das personalidades fortes de Juscelino Kubistchek, Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado,

¹⁰ Muito embora os partidos fossem importantes, pois serviam de espaço de agregação de políticos com afinidades e não comportavam personalidades antípodas, permitindo e validando sim o cálculo de volatilidade. É inimaginável a inexistência de partidos numa ordem política em que de um lado estavam Afonso Arinos e Carlos Lacerda (ambos da UDN) e de outro Getúlio Vargas e João Goulart (ambos no PTB).

com a migração do voto dispersando-se entre o PSD, a UDN, o PSP e o PRP (os lugares originários do cálculo da volatilidade).

O caso da volatilidade minguada relacionada aos anos de reeleição de FHC condiz com a força hegemônica do ideário em torno da estabilização monetária e de certa retórica que associava estabilidade econômica a estabilidade político-eleitoral (Miranda, 2015). A eleição de 1994 vinha de décadas de atribuição na economia, com resultados de ampla volatilidade no dado concernente a 1989-1994. Em seguida, o Plano Real veio como bálsamo para a superação de uma série de incongruências geradas pela hiperinflação na política, contribuindo para o estabelecimento do que Ianoni (2009) considera ser uma nova ordem econômica e político-institucional no país, aparando arestas sociais e dando a hegemonia do processo a grupos sociais específicos.

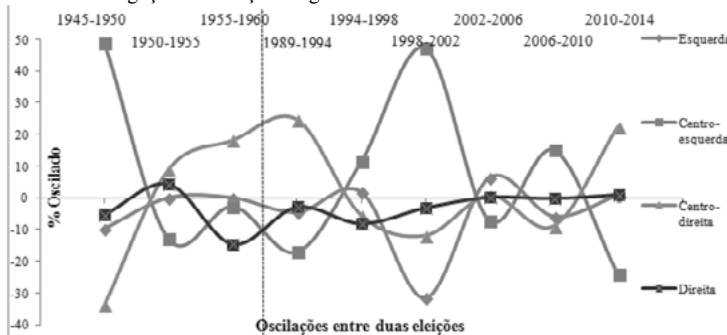
Com o cenário contextual existente no período, o qual indica $V_t=17,1$, explicita que a eleição de 1998 realmente encampou os apelos da “retórica da estabilidade” (Miranda, 2015) do período, marcada por uma eleição de ânimos amainados e por uma espécie de repetição disciplinada de resultado anterior, algo que não ocorreu nas reeleições de Lula ($V_t=30,35$ em 2002 e 2006) e Dilma ($V_t=24,04$ em 2010 e 2014). Isto fica patente quando se observa um número de candidatos efetivos de 1998 quase idêntico ao de 1994 ($NEP=2,65$ em 1994 e $NEP=2,53$ em 1998) e uma votação quase idêntica dos dois primeiros colocados – que foram os mesmos: Lula com 27,04% em 1994 e 31,71% em 1998; FHC com 54,28% na primeira e 53,06% na segunda eleição – e vitória de FHC em turno único em ambas as disputas.

Apesar de destinado ao uso específico nesta tese – a competição política presidencial –, o índice de volatilidade eleitoral representado por V_t é de uma abrangência demasiadamente ampla. São necessárias algumas imersões em dados mais específicos para perceber mais detalhes, separando elementos internos do cálculo da volatilidade (ligados à variação por eleição) e agregando os dados de acordo com os perfis ideológicos dos candidatos¹¹. Retomando-se o argumento anterior de

11 Tal agregação foi feita por meio de três critérios: análise da forma como o candidato se apresentava ao público - baseada na literatura existente sobre os distintos momentos políticos; a coligação do candidato (as características dos partidos) e o modo como apresentava o contexto histórico geral (social, cultural e econômico) em que o candidato estava inserido. Dessa forma, inferiram-se alguns casos por meio das especificidades históricas de mudança, como a de Eduardo Gomes (1955, coligado com o PSB e vindo com discurso eleitoral moderado após perder em 1950) e a de Lula

Peres, Ricci e Rennó (2011), de que, apesar de possuir padrão estável, a volatilidade eleitoral possui variabilidade no decorrer das eleições brasileiras, percebe-se o quadro descrito abaixo (gráfico 12):

Gráfico 12: Variação do percentual de votos agregados pelo espectro ideológico do candidato/coligação em eleições seguidas



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

O “vai-e-vem” dos votos nos diferentes lados ideológicos é a primeira impressão transmitida ao observar a variação que serve como base para o cálculo da volatilidade; todavia, conforme se percebe nos dados da volatilidade total, o conjunto do sistema mostra estabilidade e um expressivo decréscimo da fluidez de preferências. Então, como a decomposição da variação solitária (uma parte da fórmula de V_j) e a agregação de seus valores em distintos campos ideológicos podem indicar alteração das preferências eleitorais?

Na apuração dos eventos históricos percebe-se que os momentos de marcante variação da preferência eleitoral estiveram (que guinou para o centro em 2002). Os principais nomes ficaram assim posicionados: (Ano): Candidatos/Posições no Espectro Ideológico. (1945): Yedo Fiúza /Esquerda; Eduardo Gomes / Direita; Eurico Gaspar Dutra/Centro-Direita. (1950): Cristiano Machado /Centro-Direita; Eduardo Gomes /Direita; Getúlio Vargas /Centro-Esquerda. (1955): Adhemar de Barros /Direita; Juarez Távora /Centro-Direita; Juscelino Kubitschek /Centro-Esquerda. (1960): Adhemar de Barros /Direita; Henrique Teixeira Lott /Centro-Esquerda; Jânio Quadros /Centro-Direita. (1989): Paulo Salim Maluf /Direita; Mário Covas /Centro-Esquerda; Leonel Brizola /Esquerda; Luiz Inácio Lula /Esquerda; Fernando Collor /Centro-Direita. (1994): Enéas Carneiro /Direita; Luiz Inácio Lula /Esquerda; Fernando Henrique Cardoso /Centro-Direita. (1998): Ciro Gomes /Centro-Esquerda; Luiz Inácio Lula da Silva /Esquerda; Fernando Henrique Cardoso /Centro-Direita. (2002): Ciro Gomes / Centro-Esquerda; Anthony Garotinho /Centro-Direita; José Serra /Centro-Direita; Luiz Inácio Lula da Silva /Centro-Esquerda. (2006): Heloisa Helena /Esquerda; Geraldo Alckmin /Centro-Direita; Luiz Inácio Lula da Silva /Centro-Esquerda. (2010): Marina Silva /Centro-Esquerda; José Serra / Centro-Direita; Dilma Rousseff /Centro-Esquerda. (2014): Marina Silva /Centro-Esquerda; Aécio Neves /Centro-Direita; Dilma Rousseff /Centro-Esquerda.

acompanhados de mudança de estratégia dos competidores políticos. A oscilação presente na curva da *Centro-Esquerda* em passagem que abrange os anos de 1945-1950 e 1950-1955 diz respeito à reparação de Getúlio Vargas no cenário eleitoral. Depois da experiência autoritária do Estado Novo (1937-1945), o retorno à democracia ocorreu por causa da perda de força política de Vargas junto à burocracia estatal, às forças armadas e às elites regionais. A saída do Presidente foi articular a candidatura de Eurico Gaspar Dutra em 1945, um político que conciliaria todos esses interesses. Após o mandato dele, não obstante a discordância inicial do próprio Vargas, este retornou democraticamente “nos braços do povo” por meio de um conjunto de alianças tendente à esquerda. (D’Araújo, 1999). A estratégica mudança de campo ideológico de Vargas em alianças eleitorais com Luis Carlos Prestes e Café Filho (impressionantemente, visto como potencialmente perigoso pelas elites antes das eleições de 1950) explica mais a volatilidade por espectro, pois sua figura política foi quem atraiu a mudança de preferência eleitoral.

O movimento combinado de variação negativa em V da curva da *Esquerda* e a reemergência com variação positiva da *Centro-Esquerda* também estão expressos no gráfico. Esse movimento de troca começa com a variação de 1994-1998, tem seu cume em 1998-2002 e estabiliza-se na variação de 2002-2006. Este período coincide com a candidatura do ex-ministro da fazenda de Itamar Franco e ex-filiado ao PSDB Ciro Gomes, em 1998¹². Aparentemente inexpressivo, com cerca de 11% de votos, o candidato criticava a política econômica liberal do governo e era favorável à defesa comercial brasileira, figurando como uma alternativa à esquerda petista e à centro-direita de FHC.

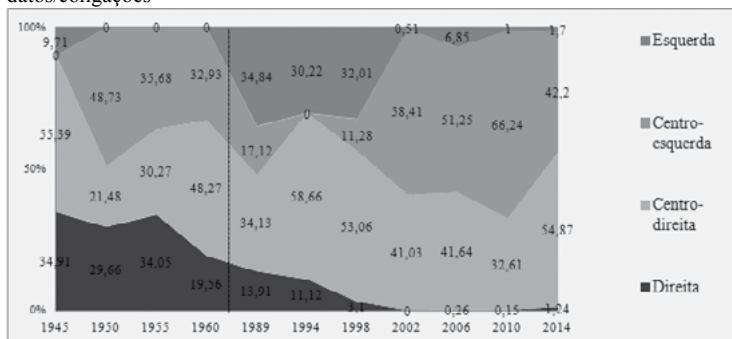
A aparição de uma alternativa de centro-esquerda atraiu para a variação de 1998-2002, em que propostas centristas se combinavam com as críticas aos oito anos “liberais” de governos de FHC. A campanha de 2002 teve até um candidato oriundo de igrejas evangélicas. Este candidato propunha um centrismo econômico que flertava com as esquerdas, deslocando-o de sua posição natural de direita

12 Em um livro publicado em conjunto com o filósofo Roberto Mangabeira Unger, Ciro apresenta uma alternativa política em defesa do capitalismo nacional e em ruptura com o modelo de integração comercial desenvolvido por Fernando Henrique Cardoso naquele momento (Gomes; Unger, 1996).

para a de *Centro-Direita*. Convergingo para o centro, o candidato tradicionalmente identificado com a esquerda democrática pós-ditadura montou uma chapa com o empresário representante do Partido Liberal (PL); Lula compôs com José Alencar como seu vice, beijou a cruz do mercado, assumiu que não desestabilizaria a economia firmada no tripé liberal anti-inflacionário fundado por FHC em 1999 e publicou a “Carta aos Brasileiros”, uma espécie de manifesto de cunho pró-mercado expresso para demonstrar confiabilidade ao mercado financeiro globalizado (Arantes, 2004). A eleição de Lula em 2002 teve efeito centrípeto sobre esse campo ideológico, tendo como resultado uma variação estável nas eleições subsequentes.

Um panorama final pode ser traçado por meio de um histórico total dos percentuais de votos adquiridos pelos lados ideológicos ao longo do tempo. Este panorama revela, conforme o gráfico 13, a importância da direita (representada mais fortemente pela UDN entre 1945 e em ocaso de percentual significativo estampado no caricato candidato Enéias Carneiro em 1994) em disputas eleitorais, o que mostra um risco decrescente da presença do fantasma da “direita golpista” brasileira, que despreza as instituições democráticas. Tem-se no “sumiço” eleitoral da esquerda entre 1950 e 1960 a presença da medida autoritária do TSE em 1947, que, embebido de ideologia anticomunista, cassou o partido arbitrariamente, simplesmente por considerá-lo “desestabilizador das instituições” (Almeida Jr, 2007). Foi nesse momento de supressão da esquerda via PCB, algo que desbalanceou o equilíbrio ideológico das opções partidárias na democracia brasileira, que emergiu a direita apoiadora do golpe em 1964. Subsequentemente, é de se lamentar pela interrupção de 1964, que impediu avanços de uma democracia eleitoral em amadurecimento.

Gráfico 13: Proporção de votos agregados através do espectro ideológico dos candidatos/coligações



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE (base de dados disponível em <<www.ipeadata.gov.br>>).

Certamente a direita golpista é um dos eixos de desestabilização do regime, e, embora colecionasse malogros eleitorais, mesmo assim não foi extinta, o que demonstra um tratamento suavizado em relação ao praticado com o PCB. Não obstante, pode-se afirmar que em geral as faixas centrais foram as que exibiram mais crescimento de 1945 a 1960, com o índice médio de 68,18% dos votos ao longo desse período. Em sentido igualmente majoritário, índice médio de votos centristas no período 1989 a 2014 foi de 80,35%, com o esmagador pico de 99,44% dos votos destinados ou à *Centro-Esquerda* ou à *Centro-Direita* em 2002, numa demonstração de que os competidores não elaboraram estratégias eleitorais de ruptura com a democracia e de que as escolhas dos eleitores foram movidas pela mudança, pois ao final de seu segundo mandato – ou seja, após oito anos de exercício da presidência –

FHC tinha somente 26% de aprovação popular (Datafolha, 2002). A democracia parece ter sido a preferência eleitoral expressa na alternância de poder após a primeira reeleição imediata de um presidente da república, ainda que em término de mandato com baixa popularidade, algo que aponta respeito às regras e avaliação madura de alternativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modo de conclusão, considera-se a síntese das seções anteriores:

1. Em aspectos estatístico-descritivos, as condições proporcionadas pelo nível de candidatos efetivos e pelo sistema partidário em foco foram definidoras da possibilidade de existência de eleições estáveis e plurais.
2. Em relação aos resultados obtidos na análise do coeficiente de variação, percebe-se que eleições para Presidente (e até para vice) apresentam altos níveis de nacionalização, isto é, da votação dos competidores pelo país a fora desde 1945, quando da primeira eleição democrática do país. Desprezados os eventos históricos marcados pela tradição elitista e por golpes na política brasileira, pode-se observar que há um ambiente de suficiente nível de competição eleitoral, pois relacionado às condições de ampla nacionalização e estabilidade de participação de competidores.
3. Em relação à volatilidade do voto, percebe-se que o histórico de preferências eleitorais para a presidência da república teve padrão baseado em relativa estabilidade (tanto no âmbito da alteração de uma eleição para outra quanto na substituição de preferência por espectro político-ideológico), com variações agudas encontradas somente em momentos críticos que antecederam a eventos de quebra das regras democráticas – tais momentos possuem elementos causadores externos, como cultura política de tendência ao golpismo, e não o funcionamento em si do sistema.

Em suma, são satisfatórios os níveis de competição eleitoral em torno de eleições presidenciais livres no Brasil, indicando que em se tratando estritamente dessa faceta (análise do jogo político-eleitoral entre os candidatos), há historicamente uma considerável potencialidade para a efetivação de democracia no país. Tal potencial tem sido desperdiçado por situações de violação das regras do jogo, algo percebido no golpe de 1964.

Conforme percebe-se nos dados analisados e debatidos anteriormente, há historicamente no Brasil um sistema detido por competição que contempla o pluralismo partidário, a nacionalização dos votos e estabilidade e razoável mobilidade de preferências eleitorais. Isso é bastante significativo. Todavia, infelizmente, a competição eleitoral é somente uma macrovariável para o entendimento da democracia. Adentrando a seara das relações interinstitucionais na elaboração de governos, a democracia possui outras exigências adicionais à competição eleitoral. De acordo com Przeworski (1994), a democracia eleitoral exige que os partidos derrotados em uma eleição submetam-se ao resultado e que suas posições sejam respeitadas pelos eleitos. Assim, é fundamental que no regime democrático coexistam propostas divergentes para a sociedade em momentos de contenda eleitoral e de diferenciação política entre os vitoriosos que assumem postos institucionais representativos e que os derrotados respeitem o calendário eleitoral, mas possam expressar-se livremente enquanto opositores até a chegada de um novo pleito eleitoral. Essas características demandam urgente aperfeiçoamento no conjunto institucional brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA Jr., A. A. de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, B. (Org). *História da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ARANTES, P. Beijando a Cruz. In: _____. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad Livros, 2004.
- BRAGA, M. do S. S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política, 1982-2002*. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>>

- BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: << http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>>
- CUNHA, S. E. *Iniciação à Estatística*. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1979.
- D'ARAÚJO, M. C. Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas. In: _____. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999.
- DATAFOLHA. FHC encerra mandato com reprovação maior do que aprovação, 2002. Disponível em: <<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2002/12/1222326-fhc-encerra-mandato-com-reprovacao-maior-do-que-aprovacao.shtml>>>
- FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. *O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- GOMES, A. de C. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- GOMES, C; UNGER, R. M. *O próximo passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo*. São Paulo: Topbooks, 1996.
- IANONI, M. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. *Lua Nova*, São Paulo, nº. 78, p. 143-183, 2009.
- LAMOUNIER, B. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium, 2005.
- LIJPHART, A. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.
- LIMA Jr., O B. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, nº. 40, 1999.
- LIMONGI, F. O Poder Executivo na Constituição de 1988. In: Ruben George Oliven, Marcelo Ridenti, Gildo Marçal Brandão. (Org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- MARANHÃO, R. O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- MIRANDA, V. G. Âncoras Monetárias e Ordem Atômica: a aprovação da Emenda da Reeleição no Brasil. 2015. *Tese* (Doutorado História).

Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

NICOLAU, J. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. Partidos na república de 1946: uma réplica metodológica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, nº. 3, p. 589-608, Sept. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000300005&lng=en&nrm=i>. access on 05 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582005000300005>.

_____. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, nº. 1, p. 85-129, 2004.

PERES, P.; RICCI, P.; RENNÓ, L. R. A Variação da Volatilidade Eleitoral no Brasil: Um Teste com as Explicações Políticas, Econômicas e Sociais. *Latin American Research Review*, v. 46, nº. 3, p. 46-68, 2011.

PRZEWORSKI, A. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

SANTOS, W. G. dos. *O Calculo do Conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2007.

_____. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, nº. 4, p. 729-762, 2004.

SARTORI, Giovanni. *Partidos Políticos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SOUZA, M. C. C. de. A democracia populista: bases e limites. In: LAMOUNIER, B; SCHVARZER, J. (Orgs.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BANCO DE DADOS:

Banco de Dados do IPEA DATA. In: www.ipeadata.gov.br

Recebido em: 05/10/2016.

Aprovação final: 20/01/2017.